

HISTÓRIA E FICÇÃO NO TEMPO HUMANO.

BRUNA TAVARES CAMARGOS*

*És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo Tempo Tempo Tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo Tempo Tempo Tempo*

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo Tempo Tempo Tempo
Entro num acordo contigo
Tempo Tempo Tempo Tempo*

*Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo Tempo Tempo Tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo Tempo Tempo Tempo (..)*

(VELOSO, CAETANO, 1979).

Resumo:

A sensibilidade humana relativa ao “tempo” está presente em distintas reflexões e suportes. Como no trecho citado acima da música “Oração ao tempo” (1979) do compositor Caetano Veloso, que através da métrica, da rima e do estilo poético, declara sua inquietude e percepção a cerca deste. O enigma entre a relação das jurisdições da temporalidade tem sido objeto de reflexão não só da poética, como de filósofos, antropólogos, cientistas políticos e historiadores, compondo inúmeras abordagens sobre a tessitura do tempo, com uma diversidade de enfoques.

Nesta breve análise, iremos nos ater as reflexões acerca do tempo da história e da ficção no tempo humano, examinando em particular, as reflexões de três autores - Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa - Tomo III* (1997), especialmente o que concerne ao capítulo “O entrecruzamento da História e da Ficção”; Reinhart Koselleck na coletânea de ensaios *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979) e Giorgio Agamben, em *O que é o contemporâneo? E outros ensaios* (2009).

* Mestranda em História Social da Cultura, PUC-Rio. Graduada em História, UERJ.

As reflexões acerca do tempo não são privilégios da contemporaneidade. Na Antiguidade, Aristóteles (384 - 322 a.C.) e Santo Agostinho (354 - 430 d.C.), destinavam ao tempo grandes reflexões, que são utilizadas como ponto de partida dos diálogos para filósofos contemporâneos como Heidegger (1889 - 1976) e Paul Ricoeur (1913 - 2005). O enigma do tempo e de sua adequação à história humana tem de fato atravessado os séculos, acompanhando a história da filosofia e a historiografia.

Diante da formulação de Santo Agostinho “Se ninguém me pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem me pergunta, não sei”:

No entanto, digo com segurança que sei que, se nada passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente. De que modo existe, pois, esses dois tempos, o passado e o futuro, uma vez que, por um lado, o passado já não existe, por outro, o futuro ainda não existe? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse a passado, já não seria tempo, mas eternidade. Logo, se o presente, para ser tempo, só passa a existir porque se torna passado, como é que dizemos que existe também este, cuja causa de existir é aquela porque não existirá, ou seja, não podemos dizer com verdade que o tempo existe senão porque ele tende para o não existir? (Santo Agostinho, Confissões, Livro XI, item 14.).

Paul Ricoeur irá formular sua hermenêutica baseada nas várias interpretações sobre o tempo, partindo do diálogo de Santo Agostinho para Aristóteles. Cabe-nos elucidar, sobretudo, dois conceitos desta hermenêutica: primeiro, o conceito de experiência que não se reduz a empiria ou a mera subjetividade; segundo, o conceito de tempo, o que é o tempo? Espécie de tratado hermenêutico da relação entre tempo e narrativa, o filósofo não vai formular uma clara resposta a esta questão, mas dirá que vivemos o tempo, e não no tempo, sua riqueza está, talvez, na adoção do ato de leitura como o momento interpretativo, caracterizador tanto das narrativas históricas, quanto das ficcionais. Na divisão em três tomos, Ricoeur oferece ao leitor reflexões múltiplas acerca do tempo, dentre elas, a proximidade entre as intenções do historiador e as do romancista quanto ao ato de narrar. Para o filósofo “a temporalidade não se deixa dizer no discurso direto de uma fenomenologia, mas requer a mediação do discurso indireto da narração, e a refiguração efetiva do tempo, tornado assim tempo humano, pelo entrecruzamento da história e da ficção” (RICOEUR, 1997, p.417).

Todavia, é necessário trazeremos algumas reflexões do campo historiográfico sobre o tempo, para nos auxiliar na análise relacionada ao tempo humano formulada por Paul Ricoeur, antes de prosseguirmos com o entrecruzamento da história e da ficção. Reinhart Koselleck

figura entre os autores que mais forneceram um instrumental teórico para compreender esta questão no campo historiográfico.

Na notável obra *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979), Koselleck, desenvolveu uma contribuição significativa para a Teoria da História, com o refinamento perceptivo da tensão estabelecida entre o *Passado*, *Presente* e *Futuro* ou entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas*. Conforme assinalado pelo historiador José D'Assunção Barros:

Cada presente não apenas reconstrói o passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade (...) mas também de que cada presente ressignifica tanto o passado (referido na conceituação de Koselleck como "campo da experiência") como o futuro (referido conceitualmente como "horizonte de expectativas"). Cada presente conceberia ainda de uma nova maneira a relação entre futuro e passado. (BARROS, 2010, p. 66).

A *experiência* refere-se ao passado, que somente pode ser materializado no presente, isso ocorre de múltiplas maneiras: memórias, vestígios, fontes históricas. As *expectativas* estariam atreladas ao futuro, correspondendo ao universo de sensações e antecipações do devir, inserindo-se em tudo aquilo que em determinado presente visa ao futuro, sendo atravessado pelas mais diversas sensações. Tanto o *espaço de experiência* como o *horizonte de expectativas* se realizam no presente, segundo Koselleck, constituindo, portanto o *Passado Presente* e o *Futuro Presente*, essas duas categorias entrelaçam o futuro e o passado. Através das categorias da *experiência* e da *expectativa*, passado, presente e futuro podem "imaginariamente se alterar, contrair ou se expandir conforme cada época ou sociedade, modificando-se também a maneira como são pensadas e sentidas as relações entre eles" (BARROS, 2010, p. 67).

A noção de imaginário, também é requerida por Paul Ricoeur como uma operação central na refiguração do tempo, partindo dos pressupostos de Hayden White (1973), sobre a representância do passado, e de R. Ingarden (1931), sobre a teoria da leitura, Ricoeur vai assinalar que mesmo dilaceradas por aporias, história e ficção trabalham com o ato de leitura refigurando o tempo. O ato de ler funcionaria como o momento efetivo, visto que tanto na produção historiográfica, quanto na literatura, é ele o responsável pela efetuação do texto, ou seja, pela concretização de uma intencionalidade que tem por base a refiguração do tempo, comum à história e à ficção. Essa concretização corresponde, na teoria narrativa, ao fenômeno

do “ver como”, pelo qual, em *A Metáfora Viva* (2000) foi caracterizado como a referência metafórica, essa concretização recíproca assinala o triunfo da noção de figura, na forma do “figurar-se que”.

Na ficcionalização da história, o lugar do imaginário é assinalado não somente sobre o papel da imaginação na narrativa histórica no plano da configuração, mas também o papel do imaginário no encarar do passado tal como foi, já que nas narrativas históricas, o imaginário é atrelado às considerações do ter sido, o que, para o autor, não significa em nada menosprezar o tom realista destas pesquisas, mas aceitar certa configuração do tempo nas considerações históricas. Para Paul Ricoeur a história reinscreve o tempo da narrativa no tempo do universo. A utilização de alguns conectores específicos torna pensável e manejável o tempo histórico, aproximando o “tempo do mundo” e “tempo vivido”.

Sempre é possível estende a lembrança, pela cadeia das memórias ancestrais, remontar o tempo, prolongando pela imaginação esse movimento regressivo; assim como é possível a cada um situar a sua própria temporalidade na sequência das gerações, com o auxílio mais ou menos obrigatório do tempo do calendário. (RICOEUR. Paul, 1997, p. 319-320).

Em *O que é o contemporâneo? E outros ensaios* (2009), Giorgio Agamben, vai empreender uma reflexão sobre as aporias do tempo, marcando as conexões entre passado, presente e futuro, como meio de apontar para a relevância do próprio pensamento na cultura contemporânea. O não aprisionamento do tempo, é a busca do ser contemporâneo, capaz de oscilar entre passado, presente e futuro; ver na sombra do presente e interpretar/interpenetrar o que já se passou, voltando a um presente mesmo naquele que jamais estivemos; pensar o por vir, ainda que venha de modo inesperado, e principalmente experienciar intensamente o que se vive no instante presente.

Partindo de um paradoxo herdado da *Segunda Consideração Intempestiva* (1844-1900), de Nietzsche, Agamben utiliza a alegoria da vertebra quebrada do tempo, e das fulgurações entre as luzes e as sombras, para retratar o ser contemporâneo, o filósofo italiano vai propor o confronto do homem com o seu tempo, inserindo um deslocamento espaço-temporal entre o homem e o tempo. O contemporâneo é inatural, ou seja, é aquilo que se situa fora do espaço e do tempo entregues ao ser humano pelas circunstâncias. Os textos que compõe a obra de Agamben datam de 2006, 2007 e 2008, com tradução em português em 2009, reunindo num único livro alguns ensaios que investigam a questão do tempo de uma perspectiva moral e política.

Ancorado na poesia de Osip Mandelstam, de 1923, intitulada *O século*¹, Agamben percorre o caminho figurativo do poema, trazendo a reflexão não sobre o século, mas sobre a relação entre o poeta e o seu tempo, ou seja, entre o homem e o seu tempo e o tempo histórico coletivo. A contemporaneidade é “uma singular relação com o próprio tempo” (AGAMBEN, 2010, p.59), sem que se mantenha sobre a época um olhar fixo, mas sempre à distância, para poder sobre ela se verter, embora já numa dissociação anacrônica, entrevedo sua “íntima obscuridade” (AGAMBEN, 2010, p.64).

O escuro do tempo, é a não ausência, é tudo aquilo que não somos capazes de perceber em nosso próprio tempo. Deixar-se interpelar pelo presente para ver nas trevas, eis a necessidade de uma relação singular com o tempo, de um distanciamento, não o distanciamento científico, mas o distanciamento produzido pelo estranhamento do presente, pelo sentido do não familiar. Por exemplo, quando Nietzsche se coloca contra o historicismo, ele não está se posicionando contra a história, mas sim contra o consenso temporal de sua época, desta forma ao ver no escuro e na singularidade de seu tempo, Nietzsche se aproxima do seu próprio tempo, sendo contemporâneo a ele.

Agamben no desenvolvimento de sua análise combina pilares estéticos, com a interpretação da relevância das fraturas do tempo, interpenetrando a sensibilidade da poética, com a dupla ressignificação da imagem: descontinuidades e re-ligamentos. Sentidos criados pelo tempo no prisma do encontro entre o arcaico e o moderno, o passado retomado no presente, transforma-se em um *passado presente* (conceito amplamente analisado por Koselleck) e no presente nos torna contemporâneo da antiguidade, ainda assim, marcando a diferença entre os tempos. Segundo Agamben a riqueza está em ser inatual no presente, perceber a articulação das temporalidades e suas fissuras, ou como chamará Silvano Santiago (2013), o “entrelugar” onde se relacionam as frações do tempo expostas por ele de modo inexorável.

Oferecido pela lógica da moda, o intervalo cria a heterogeneidade na dimensão temporal e serve para que o atual mantenha com o passado e com o futuro uma relação particular, dita por Agamben como sendo a que é proposta pela “citação”. Ali, no entrelugar, o contemporâneo pode revocar e revitalizar, pode reeditar tudo aquilo que tinha sido descartado por ter sido declarado morto. (SILVIANO, 2013, p.1).

Nesse percurso onde o tempo não se deixa fixar, as mediações culturais manifestam-se como suporte ou categorias que permitem ao homem o jogo com as temporalidades. Essa

¹ A palavra russa vek significa também “época”. Podem ser encontradas versões em português com o título *Era*.

complexa reconfiguração do tempo pode ser percebida tanto na pesquisa histórica como na literatura. Em entrevista ao programa de TV “Roda Viva”², Mario Vargas Llosa nos fornece substância para pensar este entrecruzamento da História e da Ficção inscritos no tempo. Questionado sobre o tipo de romance produzido por ele, que se aproximaria de um romance do tipo realista tradicional, e sua eventual decadência frente às construções do romance na contemporaneidade, que estariam ligados as experiências da linguagem e rupturas das formas, o autor peruano, ganhador do Nobel de Literatura de 2010, vai dizer:

[...] O romance é um gênero que representa a experiência do indivíduo imerso numa sociedade. Essa é a grande tradição do romance, todos os grandes romances têm essa característica, Don Quixote, Guerra e Paz, Dickens, Flaubert, Tolstoi, Faulkner, para citar um brasileiro, Guimarães Rosa [...] O romance é um jogo de competir com Deus. Criar uma realidade intensa, também extensa, e mostrar quem é o indivíduo dentro do movimento da sociedade numa época estabelecida. Ao mesmo tempo, a visão da realidade no romance é muito mais complexa do que a visão sociológica, ontológica ou etnológica, porque agrega uma dimensão muito subjetiva, onde não interessa tanto o vivido, sim o sonhado, o imaginado ou desejado que se incorpora ao mundo real, para nos dar uma visão mais completa sobre a verdade da vida. [...] Nós temos uma grande limitação que é ter uma vida, mas a capacidade de inventar e sonhar é muito maior. E isso cria uma grande frustração no ser humano, e acho que a ficção preenche esse vazio. [...] E nesse sentido dá pra dizer que o romance tem sido uma extraordinária locomotora do progresso humano. Porque nos fez sonhar mundos diferentes, melhores daquele que temos, e criou em nós essa insatisfação. Isso é o ponto de partida do progresso e da mudança. (VARGAS LLOSA, 2013, tradução nossa).

A narrativa compreende o tempo de sua escrita, exercitando o ser na contemporaneidade, como proposto por Agamben. O tempo se ergue como monumento, restabelecendo a “partilha do sensível”³, a narrativa é sempre histórica no sentido de acontecer no espaço e no tempo, permitindo a compreensão da nossa própria historicidade, ou seja, de seres eventuais que passam pela terra num certo tempo e habitam certo espaço, isto é, a condição humana.

É no fenômeno do rastro que culmina o caráter *imaginário* dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico. O rastro possui uma estrutura mista como “efeito-signo” que

² Programa exibido em 13/05/2013, no canal TV Cultura. Na ocasião Mario Vargas Llosa, esteve no Brasil para participar do ciclo de palestras “Fronteiras do Pensamento”.

³ Conceito empregado por Jacques Rancière, nas reflexões acerca da origem comum entre a arte e a política. A política assim como arte é essencialmente estética, formando-se no encontro discordante das percepções individuais. A partilha do sensível seria um “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência do comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2005:15).

realiza a mediação imaginária, numa complexa estrutura de interferências de tipo causal e atividades de interpretação ligadas à significância como coisa presente de uma coisa passada. Segundo Paul Ricoeur, o rastro nesse sentido é um fenômeno mais radical do que o documento ou o arquivo, porém é o processamento dos arquivos e documentos que faz do rastro um operador com efeito do tempo histórico. O trabalho de pensamento, de interpretação que acompanha a investigação de pistas de um passado, através de um monumento, uma peça de museu, uma ruína, atestam o rastro e o caráter imaginário das atividades que o mediatizam e o esquematizam, esse valor de rastro ou “efeito-signo” somente lhe é atribuído ao nos afigurar o contexto de vida, o ambiente social e cultural. Por assim dizer o imaginário atua como mediador do tempo narrado, servidor da representância, a tropologia se torna o imaginário da representância.

No fenômeno do rastro e na sua ressignificação do tempo histórico, vamos de encontro ao *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* de Koselleck, que se tornam presente a partir da mediação das consciências dos homens em determinadas épocas. Nessa direção está à resposta de Vargas Llosa a pergunta que lhe é feita sobre o romance realista, o autor atribui a ficção tanto a capacidade de representância de um indivíduo imerso numa sociedade, como a invenção subjetiva das vidas que não foram vividas, o alheio, presente na irrealização do real. Ricoeur vai citar Dilthey em última análise sobre o tema central de sua sociologia ao dizer que “toda inteligência histórica se enraíza na capacidade que um sujeito tem de se transportar para uma vida psíquica alheia” (RICOEUR, 1997, P.321).

O homem para Ricoeur só pode conhecer-se através de suas expressões, em tudo aquilo que ele cria do ponto de vista cultural, no jogo contínuo e sempre inacabado da sua figuração (Mimeses I), da sua refiguração (Mimeses II) e a sua reconfiguração (Mimeses III).

Ao admitir que a história “imita” em sua escrita os tipos de armação da intriga herdados da tradição literária, e, ao atrelar esses gêneros literários aos tropos da tradição retórica, Paul Ricoeur não enfraquece o projeto de representância da história, mas atribui a eles a contribuição para a realização da própria história.

Podemos ler um livro de história como um romance. Com isso, entramos no pacto de leitura que institui a relação cúmplice entre a voz narrativa e o leitor implicado. Em virtude desse pacto, o leitor abaixa a guarda. De bom grado suspende sua desconfiança. Confia. Está pronto para conceder ao historiador o direito exorbitante de conhecer as almas. (RICOEUR, 1997, p. 323).

A narrativa de ficção também “imita” de certa maneira, a narrativa histórica. O “como se passado” é essencial à significação-narrativa. As narrativas são contadas num tempo passado, a ideia é de que a narrativa esteja às voltas com algo como um passado fictício, o tempo passado na narrativa, seria então, um “quase passado”, os acontecimentos contados numa narrativa de ficção são fatos passados para a voz narrativa, que podemos considerar como idênticas ao autor implicado, ou seja, um disfarce fictício do autor real. Há um pacto na leitura entre o leitor e o autor “a crença de que os acontecimentos relatados pela voz narrativa pertencem ao passado dessa voz” (RICOEUR, 1997, p. 329). Segundo Ricoeur, pode-se dizer desta forma que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia.

A história é quase fictícia, tão logo a quase-presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passividade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história. (RICOEUR, 1997, p. 329).

O entrecruzamento entre a história e a ficção na refiguração do tempo, baseia-se, nessa sobreposição recíproca, quando o momento “quase histórico” da ficção troca de lugar com o momento “quase fictício da história”.

Desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar de tempo humano, em que se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo. (RICOEUR, 1997, p. 332).

Desta forma, Ricoeur de forma esquemática configura a sua hipótese de trabalho, no qual considera a narrativa como a guardiã do tempo, na medida em que só haveria tempo pensado quando narrado.

A aporia da temporalidade persiste em sua dialética, “o tempo narrado é como uma ponte lançada sobre a brecha que a especulação não cessa de abrir entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico”(RICOEUR, 1997, p. 421). Essa aporia acaba por corresponder à ocultação mútua das duas perspectivas na qual a poética da narrativa de Ricoeur ambiciona responder. A *atividade mimética* da narrativa pode ser esquematicamente caracterizada pela invenção de um *terceiro-tempo*, que intencionaria uma réplica à ocultação

recíproca das duas perspectivas: fenomenológica e cosmológica, este “terceiro-tempo” surgiria a partir do entrecruzamento da história e da ficção.

Este “terceiro-tempo” fruto do entrecruzamento da história e da ficção é atribuído a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica, que Ricoeur vai chamar de “identidade narrativa”⁴. Dizer a identidade é responder à questão: *Quem* fez tal ação? *Quem* é o seu agente, o seu autor? Esta questão primeiramente se responde identificando o alguém, designando-o pelo nome próprio, na sua sustentabilidade a resposta da identidade somente se justifica de forma narrativa. Responder à questão *quem*, como dissera Hannah Arendt (1958) é contar a história de uma vida. A história narrada responde ao *quem* da ação, a identidade deste é, portanto uma identidade narrativa. (RICOEUR, 1997, p. 424).

Sem o auxílio da narração, o problema da identidade pessoal está, com efeito, fadado a uma antinomia sem solução: ou se coloca um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados, ou se considera na esteira de Hume ou de Nietzsche, que esse sujeito idêntico é somente uma ilusão substancialista, cuja eliminação só revela um puro diverso de cognições, de emoções e de volições. Desaparece o dilema de substituirmos a identidade compreendida no sentido de um mesmo (idem) pela identidade compreendida no sentido de um si mesmo (ipse); a diferença entre idem e ipse não é senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa. A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro, na medida em que sua identidade se baseia numa estrutura temporal conforme ao modelo de identidade dinâmica oriunda da composição poética de um texto narrativo. O si mesmo pode, assim, ser dito refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas. Ao contrário da identidade abstrata do mesmo, a identidade narrativa, constitutiva da ipseidade, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida. (RICOEUR. Paul, 1997, p424-425).

A história de uma vida se constitui por uma sequência de retificações aplicadas a narrativas anteriores, da mesma forma como a história de um povo ou de uma instituição. A história sempre procede da história. Um sujeito reconhece-se na história que conta a si mesmo sobre si mesmo. O sujeito aparece como constituído ao mesmo tempo como leitor e como escritor da sua própria vida, a história de uma vida não se detém a ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas.

Haverá, perguntávamos, uma experiência que já não seja o fruto da atividade narrativa? No final de nossa investigação sobre a refiguração do tempo pela narrativa, podemos afirmar sem medo que esse círculo é um círculo saudável: a primeira relação mimética só remete, no caso do indivíduo, à semântica do desejo, a qual não comporta ainda senão os traços pré-narrativos ligados à demanda

⁴ O termo identidade é tomado por Paul Ricoeur no sentido de uma categoria da prática.

constitutiva do desejo humano; a terceira relação mimética define-se pela identidade narrativa de um indivíduo ou de um povo, oriunda da retificação sem fim de uma narrativa anterior por uma narrativa ulterior, e da cadeia de refigurações que daí resulta. Numa palavra, a identidade narrativa é a solução poética do círculo hermenêutico. (RICOEUR. Paul, 1997, p. 427).

Mas há limites na identidade narrativa, em primeiro lugar ela não é uma identidade estável e sem falhas, como sinaliza Paul Ricoeur, assim como é possível compor variadas intrigas acerca dos mesmos incidentes, os quais se transformam em outros acontecimentos, também é possível tramar sobre sua própria vida intrigas diferentes ou opostas. Nesse sentido a identidade narrativa não se detém em fazer e se desfazer, tornando-se um problema no mesmo passo que é uma solução. Em segundo lugar, a identidade narrativa não esgota a questão da ipseidade do sujeito (sujeito entendido como indivíduo ou uma comunidade de indivíduos), a prática da narrativa consiste numa experiência de pensamento através da qual nos exercitamos a habitar mundos estranhos a nós mesmos.

De qualquer forma, cabe ao leitor, tornado novamente agente, iniciador de ação, escolher entre as múltiplas propostas de correção ética veiculadas pela leitura. É nesse ponto que a noção de identidade narrativa encontra seu limite e deve unir-se às componentes não-narrativas da formação do sujeito que age. (RICOEUR, 1997, p. 429).

Abre-se então o campo de outra aporia da temporalidade, a totalidade e a totalização, a primeira nascente de uma não congruência entre as perspectivas sobre o tempo da fenomenologia e a da cosmologia, a segunda nasce da dissociação do tempo: futuro, passado e presente, a despeito da noção do tempo entendido como um singular coletivo. Esse papel mediador da narrativa se torna evidente no que diz respeito à transmissão das tradições, que são essencialmente narrativas, entretanto o laço entre *horizonte de expectativa* e narrativa é menos direto. Ele não é, porém inexistente, podemos considerar as antecipações do futuro como retrospectões antecipadas, por via das propriedades da voz narrativa de se estabelecer em qualquer ponto do tempo, se tornando um “quase presente” e olhando para este observatório como “quase passado” o futuro de nosso presente, ou seja, um intercâmbio entre “por -vir”, “ter-sido” e presente, no sentido de uma totalidade que se faz e se desfaz.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

BARROS, José D' Assunção. *Ruptura entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt*. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 2, n. 2, p. 65-88, jul/dez. 2010. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/viewFile/2374/2841>.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Tradução de Vítor M. de Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002.

INGARDEN, R. *A obra de arte literária*. Tradução de Albin E. Beau, Maria C. Puga e João F. Barrento. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

KOSELLECK, Reinhart. “espaço de experiência e horizonte de expectativas”. In: *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 p. 311-337.

LLOSA, Mario Vargas. *Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 13 de maio de 2013. Programa de TV. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rABJgxnE3KM>.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo III*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

SANTIAGO, Silvano. *Ser atual, ser paradoxal*. O Estado de S. Paulo. 29 mar.2013. (Caderno Cultura). Disponível em <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ser-atual-ser-paradoxal,1014774>.

WHITE, Hayden, 1992. *Metahistória: a imaginação histórica da Europa do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.